


## SINDICALISMO DOCENTE NAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ

### TEACHING UNIONS IN STATE HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS OF PARANÁ

Peterson Alexandre MARINO\* 

Silvana Souza Netto MANDALAZZO\*\* 

---

**Resumo:** Este artigo apresenta resultados de um estudo que trata o sindicalismo docente do ensino superior nas universidades estaduais paranaenses. Tem por finalidade discutir o sindicalismo docente no ensino superior e apresentar as seções sindicais do ANDES-SN que atuam nas sete universidades públicas estaduais do Estado. Para atendimento aos objetivos propostos foi feita uma abrangente revisão bibliográfica nos trabalhos acadêmicos que tem o sindicalismo docente do ensino superior como foco de estudo; foram realizadas ainda incursões empíricas junto à realidade de cada sindicato, mediante a pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, de modo a reconstruir a trajetória histórica e elementos atuais dessas organizações no Estado do Paraná. Como principais resultados, foram verificadas a estruturação e consolidação desse movimento organizativo já nos anos 1990, que ainda persiste em pleno funcionamento nos dias atuais em todas as IEES paranaenses.

**Palavras-chave:** Sindicalismo. Sindicalismo docente do ensino superior. IEES/PR.

---

**Abstract:** This article presents results of a study that deals with teaching unionism in higher education of public universities in Paraná. Its purpose is to discuss the teaching unionism in higher education and to present the union sections of ANDES-SN that work in the seven public universities of the State. In order to meet the proposed objectives, a comprehensive bibliographic review was carried out on academic works that have higher education teaching unionism as the focus of study; empirical incursions into the reality of each union were also carried out in order to reconstruct the historical trajectory and current elements of these organizations in the State of Paraná. As main results, the structuring and consolidation of this organizational movement were verified in the 1990s, which still persists in full operation today in all states institutes of Paraná high education system.

**Keywords:** Trade unionism. Trade unionism in high education. State institutions of higher education.

---

Submetido em 21/09/2022. Aceito em 13/11/2023.

---

\* Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutor em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: [petermarino@hotmail.com](mailto:petermarino@hotmail.com)

\*\* Professora do Departamento de Direito das Relações Sociais e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UEPG. Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: [smandalozzo@uol.com.br](mailto:smandalozzo@uol.com.br)



## **Introdução**

Com uma formação tardia, se comparada ao tradicional movimento fabril, as primeiras organizações associativas docentes do ensino superior começaram a se estruturar de forma mais numerosa no Brasil na década de 1970. Período em que, no âmbito nacional, enfraquecia-se o regime militar e ampliava-se o movimento sindical combativo conhecido como “Novo Sindicalismo”.

No caso paranaense, foi entre as décadas de 1980 e 1990 que os movimentos docentes do ensino superior foram sendo construídos e consolidados no interior das universidades públicas do Estado. Ocasão em que, no âmbito nacional, estruturava-se uma associação nacional docente que ampliaria a força política desse movimento pelo país.

Pensar o sindicalismo docente do ensino superior nas Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) requer compreender as particularidades de uma organização que se forma a partir da junção de trabalhadores com características muito particulares: 1) fazem parte do serviço público, com suas relações trabalhistas diferenciadas; 2) integram um conjunto de trabalhadores intelectuais, do setor improdutivo, oriundos de uma chamada classe média. Ambas questões influenciam diretamente a identidade desse trabalhador e a relação que o mesmo faz com a participação política e sindical.

O presente artigo objetiva analisar o sindicalismo docente do ensino superior e apresentar sua forma de estruturação nas IEES paranaenses. Para tanto fará uso das referências teóricas do assunto e aprofundará a questão pesquisando as seções sindicais do ANDES-SN no Estado do Paraná.

A estruturação aqui, portanto, consiste em dois momentos: um primeiro que trará como centro do debate as reflexões sobre elementos constituintes desse sindicalismo docente do ensino superior no Brasil; um segundo momento que apresentará como esses sindicatos se estruturam na realidade paranaense; por fim, serão feitas considerações acerca dos elementos anteriormente discutidos.

Atualmente são seis as organizações sindicais nesses moldes, a saber<sup>1</sup>: Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região (SINDIPROL/ADUEL); Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (ADUNIOESTE); Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (SINDUEPG); Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Centro Oeste (ADUNICENTRO); Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá (SESDUEM); e, por fim, Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual do Paraná (SINDUNESPAR).

---

<sup>1</sup> Como será apresentado à frente, essa sequência obedece a ordem cronológica de criação das referidas seções sindicais (ANDES-SN) nas IEES/PR.

## 1. Reflexões sobre as particularidades do sindicalismo docente do ensino superior

Traçar uma reflexão sobre o sindicalismo significa tratar de um sujeito político presente na sociedade capitalista há muito tempo. Foi na Inglaterra do século XVIII que, com o avanço e aprimoramento das forças produtivas, formaram-se importantes movimentações de trabalhadores e trabalhadoras. (THOMPSON, 1987)

A primeira grande manifestação de protesto e da rebeldia dos operários se seu com o ludismo: movimento em que trabalhadores ingleses, entre 1811 e 1816, se rebelaram e destruíram máquinas têxteis entendendo-as como sendo as mesmas responsáveis pelo desemprego e demais problemas sociais.

O historiador Thompson (1987) identificou que na Inglaterra, entre os anos de 1780 e 1832, os trabalhadores vieram a sentir uma identidade de interesses entre si em oposição a seus dirigentes e empregadores. O contexto de ampliação das insatisfações dos trabalhadores foi fomentando a criação de formas de resistência e organização das quais o sindicato é uma de suas principais expressões.

Conquistado o direito da livre associação, a partir de 1824, ingleses avançam na organização de sindicatos por todo o país. Entretanto, como afirma Antunes (1986), as associações sindicais já existiam na Inglaterra desde o século anterior à lei de livre associação, porém não conseguiam exercer plenamente as suas atividades por conta das violentas repressões dos órgãos oficiais do governo que os viam como movimentos clandestinos, ilegais e, portanto, perigosos à dinâmica social.

No Brasil, há de se considerar as particularidades do movimento operário brasileiro que obedece a uma série de desigualdades no desenvolvimento regional. Notadamente, os relatos na literatura especializada, dão conta de que a organização e ideologia operária podem ser notadas em maior ou menor intensidade e capacidade conforme o desenvolvimento regional.

Não é preciso dizer que no eixo Rio-São Paulo, ou na região Sul do país (Estado do Rio de Janeiro, D. Federal, S. Paulo, Paraná, S. Catarina e Rio Grande do Sul), se concentra a maior parte do proletariado e é nestes Estados que se dão os maiores acontecimentos da sua história. Nos outros, o ritmo e a ação são menos intensos, sem deixarem de ser significativos, no entanto. (CARONE, 1984, p. 6)

O movimento proletário brasileiro não é original, *sui generis*, mas assume notadamente uma referência europeia em termos de suas várias ideologias e organizações sindicais e partidárias. Na metáfora de Carone (1984), foi um movimento que veio “empacotado” da Europa e foi se desenvolvendo aqui no grau e ritmo das condições do subdesenvolvimento da nossa sociedade. Em relação ao movimento sindical europeu, o Brasil tem, pelo menos, cem anos de atraso.

A trajetória histórica do sindicalismo brasileiro é um tema amplo e repleto de elementos com já grande acervo de produção acadêmica no âmbito da sociologia do trabalho. O enfoque aqui se dá apenas no sentido de afirmar a sua complexidade e sua importância social e política para o mundo do trabalho no contexto do Brasil.

Com relação ao sindicalismo docente do ensino superior, o grande referencial hoje se dá pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) – importante entidade sindical que organiza a luta e mobilização dessa categoria em âmbito nacional por meio de seções sindicais nos locais de trabalho. Porém, essa discussão se origina muito antes da fundação do referido sindicato nacional.

Pesquisas dão conta de que foram entre os anos de 1950 e 1960 que surgiram as primeiras organizações com essas características. O processo de crescimento e massificação da educação universitária nesse período, em princípio fundamentalmente da pública, potencializou que fossem sendo criados espaços para agrupar os interesses próprios do conjunto desses professores.

Além dessa expansão do ensino superior, contribuiu para esse movimento sindical docente as experiências, em âmbito nacional, do “Novo Sindicalismo”. A expressividade da organização docente viu nos demais movimentos sociais uma possibilidade de unificação das lutas com as demais frações da classe trabalhadora – sobretudo, naquele contexto, em oposição à ditadura e pela redemocratização da educação.

As grandes pioneiras em âmbito nacional são a Associação de Auxiliares de Ensino, de 1956, que englobava todos os professores não catedráticos da Universidade de São Paulo (USP) – a mesma que em 1976 será transformada em Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP) (DONATONI, 1999; BEZERRA; 2019; SANSÃO, 2013); e a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR), sua fundação ocorreu em 19 de dezembro de 1960, na cidade de Curitiba.

Nesse período inicial, muitas das associações foram criadas sem o caráter político-sindical atuando mais numa perspectiva cultural e social – até porquê o contexto de repressão do regime militar impunha essa condição. É também característico desse período, como afirma Donatoni (1999), que parte das associações tinham interesses de grupos e apoiavam determinados reitores, pois as perseguições políticas espalhavam um clima de medo pelo país.

Foram-se assim, ao longo dos anos 1960 e 1970, criadas por todo o país (sobretudo nas universidades públicas federais e estaduais) diversas associações docentes, muitas delas lideradas por professores universitários que militavam no MDB, PCB, PC do B<sup>2</sup>, dentre outros partidos e movimentos de esquerda que existiam antes do regime militar. (DONATONI, 1999 e DAL ROSSO, 2011)

A realidade geográfica brasileira, no entanto, colocava que o crescimento quantitativo dessas associações nos anos 1970 se dava de maneira fragmentada pelo país, sem nexos e unidade entre elas. É com o enfraquecimento do militarismo que se reforçam as indicações quanto a necessidade de criação de uma associação nacional dos docentes.

No período de ditadura, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) teve o papel importante de aglutinar em suas reuniões discussões dos professores em torno da necessidade de criação de um sindicato nacional dos docentes.

---

<sup>2</sup> Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Entre o final dos anos 1970, e início dos anos 1980, foram organizados diversos encontros nacionais com a finalidade de articular de forma mais efetiva essa organização pelo país. São símbolos dessa organização docente do ensino superior: I Encontro Nacional das ADs (I ENAD), realizado em 1979; Reunião Extraordinária das ADs, 1979; II Encontro Nacional das ADs (II ENAD), realizado em 1980; Encontro Extraordinário das ADs, de 1980; e, por fim, o III Encontro Nacional das ADs, de 1981, que foi importante para a criação da associação nacional – ANDES.

Todas estas eram reuniões organizadas com a finalidade de aglutinar e fortalecer as associações docentes existentes e, muitas vezes, espalhadas isoladamente pelo território brasileiro. Nesses encontros eram compartilhadas situações e realidades das universidades públicas ou privadas que viviam nesse contexto, ainda de regime militar, os efeitos da repressão e da deteriorização da carreira do magistério.

Aos poucos a ANDES<sup>3</sup> foi consolidando a sua força representativa também junto aos demais setores sindicais e trabalhistas da sociedade. Um exemplo se dá pelo convite para a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadores (I CONCLAT), em agosto de 1981.

A organização do sindicalismo docente se caracteriza, sobretudo, pela característica dos sujeitos que a compõem. A natureza intelectual do trabalho docente, aliada quase sempre ao âmbito do serviço público (como seu *locus* de trabalho) retratam questões complexas que são o traço diferencial desse trabalhador e que, de certa forma, implicam a forma de identidade perante os demais trabalhadores. Implica ainda no envolvimento político-sindical desses sujeitos.

Pode-se afirmar que a função “professor” detém significativas particularidades e peculiaridades que, quando desenvolvidas, colaboram na discussão sobre a identidade desse trabalhador e o modo que o mesmo pode se aproximar das lutas sindicais e coletivas.

Para Fantinatti (2001) parte importante dessa questão deriva da natureza de trabalho do professor, especialmente no setor público. Ela defende a tese de que o movimento docente pode ser caracterizado como de classe média, por mais que alguns o vejam como parte das lutas da classe trabalhadora em geral.

A classe média é uma classe enigmática e de difícil compreensão. De acordo com Fantinatti (2001), a classe média pode ser definida como um grupo social secundário, que não estaria diretamente engajado no antagonismo entre as classes sociais na sociedade capitalista.

Poder-se-ia dizer um grupo intermediário, que estaria entre os proprietários e os operários. São trabalhadores com uma posição no “estrato social” filtrado dos efeitos das relações sociais de produção – o que impede (ou dificulta) que estes se manifestem diretamente e sem mediação no plano ideológico e político.

---

<sup>3</sup> Cumpre esclarecer que até a Constituição Federal de 1988 a nomenclatura fazia referência à associação nacional; com o texto constitucional, e os movimentos internos de organização, o ANDES passou a ser um sindicato nacional (organizado pela sua base social que é formada pelas suas seções sindicais espalhadas pelo país).

De modo geral, dos elementos constitutivos do heterogêneo grupo dos profissionais integrantes dessa classe média destacam-se: 1) são trabalhadores improdutivos<sup>4</sup> e não-manuais; 2) e o mais evidente destes, a recusa pela equalização da sua condição com a condição dos trabalhadores manuais.

O que equivale afirmar que a “consciência média” é marcada pela recusa à igualização socioeconômica entre os “manuais” e os “não manuais”, em função da valorização dos “dons” e “méritos” dos quais estes últimos se julgam portadores. Em outros termos, os não-manuais possuem um apego à ideologia da meritocracia. (FANTINATTI, 2001, p. 21)

A noção de que “classe média” e “estratificação social” cumprem um papel de ocultar o antagonismo entre as classes sociais e os conflitos existentes na sociedade capitalista. A ideologia da meritocracia aparece nesse contexto como forma de naturalizar diferenças e desigualdades; é a base de uma hierarquia do trabalho que se funda sobre uma escala de “dons” e “méritos”. (SAES, 1984 e FANTINATTI, 2001)

Historicamente uma considerável fração da classe média nutriu resistência ao sindicalismo. A exemplo dos bancários, que relutaram até a década de 1930 a chamar suas associações de sindicato. Era, nesse caso, a manifestação da posição anti-sindical de dilatadas frações da classe média que se originava num preconceito ao sindicalismo. (TRÓPIA, 1994)

Entretanto, mesmo os grupos médios não sendo parte dos agentes sociais da oposição entre as classes, não se pode deduzir uma total ausência política desse grupo. A história revela que agentes sociais secundários podem tornar-se, em certos contextos, agentes políticos de suma importância.

A ideologia da meritocracia se põe como diametralmente oposta ao sindicalismo (enquanto referência a uma luta organizada/coletiva). Na visão meritocrática o sindicato é apropriado para os trabalhadores manuais, uma vez que estes precisam compensar, recorrendo ao uso da força coletiva, a falta de dons e méritos pessoais e as agruras do trabalho simples e aviltado que executam. Aderir a ação sindical significaria admitir uma incapacidade pessoal semelhante à dos trabalhadores manuais. (BOITO JR, 2004)

Para Boito Jr. (2004), a meritocracia é um falseamento da realidade<sup>5</sup> que visa cooperar para os mecanismos de dominação. É importante ressaltar que, segundo o autor, a meritocracia (com seus valores e ideias) pode ultrapassar os limites da própria classe média e ser incorporado por diferentes setores sociais.

O trabalhador de classe média tira proveito da ideologia meritocrática e tem interesse em professá-la e difundi-la. Já o operário que estiver sob o impacto do meritocratismo, reconhecendo, portanto, a suposta superioridade do trabalho não manual sobre o trabalho manual, será levado a resignar-se frente a uma hierarquia social e econômica que o prejudica. (BOITO JR., 2004, p. 220).

---

<sup>4</sup> Os termos “trabalho produtivo” e “trabalho improdutivo” advêm das reflexões de Karl Marx junto às proposições dos economistas clássicos. Trabalho produtivo é aquele trocado por capital, que gera mais-valia. O trabalho improdutivo, troca-se por renda.

<sup>5</sup> Por isso o autor a refere como “ideologia”, compreendida na perspectiva marxista do termo como uma falsa consciência que coopera para a mistificação da realidade.

A meritocracia da classe média busca, então, dar um novo sentido à ideologia burguesa de exaltação do trabalho, direcionando agora o foco para que seja engrandecido o trabalho não-manual (ou intelectual). Sobre as relações entre sindicalismo e classe média, Boito Jr. (2004) compreende que esse sindicalismo é hoje uma realidade internacional embora seja um fenômeno tardio se comparado com o sindicalismo operário.

Poderia ser simples concluir que, uma vez apoiada nas bases da meritocracia (individual), a classe média seria refratária às formas de organização sindical. Numa ideia de que essa rejeição seria o único e possível efeito. Mas não é. Como reforça Fantinatti (2001, p. 32): “Dependendo da situação econômica do setor considerado e da conjuntura política, convencidos da necessidade de organizarem-se para a luta reivindicativa, os trabalhadores não-manuais podem aderir ao sindicalismo”.

Essa incursão do estrato médio ao sindicalismo, por si só, não indica a proletarização da classe média e a superação da ideologia meritocrática. O que se verifica é o deslocamento de ênfase do mérito pessoal/individual para o mérito da profissão.

O sindicalismo meritocrático é marcado por características como o corporativismo profissional, isto é, segmenta-se pela profissão, caracteriza-se por uma identificação coletiva que se restringe ao terreno sindical e ao âmbito particular da profissão e apresenta como particularidade a defesa das desigualdades salariais em função de suposta hierarquia de mérito das profissões. (FANTINATTI, 2001, p. 32).

Agregando outras importantes reflexões sobre a relação entre o professor de terceiro grau e o sindicalismo, Paiva (2016) analisa que os “docentes universitários apresentam características muito peculiares no exercer do seu ofício, e ainda que, vendam sua força de trabalho, a autoidentificação enquanto categoria ou trabalhador (sua consciência de classe), é uma questão bastante complexa”. (PAIVA, 2016, p. 186)

A construção da identidade docente no ensino superior é resultado de um amplo e longo movimento histórico que conta com diversas fases e componentes, por vezes contraditórios entre si – a exemplo do status social adquirido que sobrevive mesmo diante de um processo de massificação e assalariamento dessa profissão. Segundo Vergara (2003), essa articulação entre identidade e trabalho advém de uma tradição no campo das ciências sociais e humanas que atribui importância determinante às relações sociais de trabalho no processo de sua constituição.

Os condicionantes históricos, atrelados ao processo de formação da sociedade e, sobretudo, da universidade brasileira; aliados às especificidades do trabalho intelectual, dadas pela divisão social do trabalho, são os traços históricos a partir dos quais devem ser pensadas a ação sindical desses professores.

Importante salientar que as múltiplas determinações que condicionam o trabalho docente e configuram a sua identidade são também assimiladas pela sociedade em geral. A dificuldade de visualizar o professor universitário como um trabalhador não advém exclusivamente do professor, é também fruto da visão dos demais trabalhadores e do conjunto da sociedade acerca do trabalho docente.

Sobre a conexão entre trabalho docente e militância sindical, a pesquisa de Navarro (1999) apresenta alguns pontos dessa relação que são resultados de depoimentos colhidos junto à professores que possuem essa característica de participação sindical. Dos relatos, sobressaem-se inicialmente o reconhecimento significativo, dos que se manifestaram a respeito, sobre o quanto a militância interfere objetivamente na atividade docente – mais ainda no caso de docentes que militaram ou militam em instituições particulares de ensino.

Lembrando que essa atividade sindical no meio universitário, inclusive para quem desempenha funções na diretoria desses sindicatos, ocorre somada às demais atividades no campo da atuação profissional. Esta, por sua vez, já permeada pelos elementos típicos que dificultam a participação na vida social/política (como a questão da cobrança pelo produtivismo acadêmico, especialmente ao docente inserido nos programas de pós-graduação; acúmulo de funções e atividades, inclusive no âmbito administrativo, como chefias de colegiado e departamento; excesso de trabalho que advém do envolvimento dos docentes em atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária; carga horária de trabalho prolongada, que repercute no alargamento do trabalho para fora do horário contratual e até feriados/finais de semana; etc.).

A despeito das pressões e tensões dessa relação, uma vez que o ambiente sindical (seja qual segmento for) é marcado pela beligerância e confronto de ideias permanente, existem também importantes positivities que alimentam a convicção e a importância da participação sindical dos que estão envolvidos. As mais presentes, conforme relatos da pesquisa supracitada, é que os envolvidos participam de um espaço de constante aprendizado; há ainda a conciliação gratificante de poder aliar esse trabalho docente com a militância sindical (especialmente no caso de quem possui formação na área das ciências humanas e sociais).

O assunto que abarca as particularidades do trabalho docente na sua (possível) relação com o sindicalismo brasileiro é complexo e, por vezes, polêmico. Os elementos típicos do seu trabalho intelectual, associado à sua condição de partícipe da “classe média” brasileira (quase sempre, atrelado ao setor público da economia) requerem um especial cuidado no trato dessa questão.

Até aqui, diversos movimentos históricos (do qual o ANDES-SN é sua grande expressão) evidenciam a possibilidade de que o conjunto dos professores de ensino superior assumam uma luta coletiva em torno dos seus interesses – sejam esses interesses mais amplos ou particulares.

É parte dessa grande ambiguidade do sindicalismo docente de classe média a sua tendência à esquerda, ligando-se aos interesses do conjunto dos trabalhadores, sobretudo na denúncia e resistência à exploração desmedida vivenciada pela classe trabalhadora e aos mecanismos privatizantes do Estado que colocam a universidade subordinada exclusivamente à lógica do mercado.

O sindicalismo docente do ensino superior pode também, concomitantemente a seu caráter universalizante/amplo das demandas, advogar uma luta sindical específica – que é própria da sua condição de professor universitário (como melhores salários e condições de trabalho). Corre-se o risco de uma ação corporativista ou cupulista, mas analisa-se que a trajetória do movimento docente nunca pendeu



exclusivamente para esse lado. Historicamente provou-se que o movimento docente é capaz de fundir a luta reivindicativa com a luta política. (RIDENTI, 1995)

Por mais histórico e ativo que o movimento docente seja na universidade brasileira nas últimas décadas, é correto admitir que o mesmo não atinge o interesse de todo o conjunto da categoria. Sendo que significativa parte dos professores universitários não participa da luta sindical no seu espaço de trabalho.

## **2. As seções sindicais do ANDES-SN nas instituições estaduais de ensino superior do Paraná**

Tendo por pano de fundo toda a complexa discussão que permeia o tema do sindicalismo de professores do ensino superior, conforme buscou-se desenvolver no item anterior, nesse momento será procedida a apresentação da forma que esse sindicalismo se estrutura nas IEES/PR, tendo por base as seis seções sindicais do ANDES-SN. Esclarece-se que para ter acesso às informações aqui apresentadas foi inicialmente formalizado um pedido escrito junto à direção de cada seção sindical a fim de que fossem prestadas informações que ajudassem a melhor apresentar as atuais especificidades/particularidades de cada realidade sindical.

Para ampliar a contextualização histórica, foram realizadas ainda entrevistas com professores sindicalizados (alguns já aposentados) para ouvi-los acerca dos momentos iniciais do sindicato docente no contexto de cada universidade estadual paranaense<sup>6</sup>.

### ***2.1 Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região (SINDIPROL/ADUEL)***

A seção sindical SINDIPROL/ADUEL é fruto de um processo longo que se inicia em 1979 com a criação da Associação dos Docentes do Hospital Universitário (ADHUEL). Já no ano de 1981, com vistas a representar unicamente o conjunto dos docentes da UEL, essa associação se reformulou e passou a chamar Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina (ADUEL).

A Associação nasceu no bojo de uma crise no Hospital Universitário, crise agravada com a demissão de docentes. Então, resolveu-se criar a Associação congregando médicos, enfermeiros e bioquímicos, que pudesse defender o interesse do professor e lutar por seus direitos. (THOMSON, 1981, p. 3).

A ADUEL fez parte do congresso de fundação do ANDES Sindicato Nacional, em 1981, e até início dos anos 2000 era a única seção sindical do ANDES nas universidades estaduais do Paraná – no

---

<sup>6</sup> A pesquisa de campo teve abordagem qualitativa e foi composta por um roteiro semiestruturado de perguntas. Foram cumpridos todos os requisitos éticos, sendo destaque para o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a aprovação da pesquisa junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (parecer consubstanciado nº 4.814.779).

Estado, como um todo, apenas a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Paraná (APUFPR) também matinha naquele momento essa relação com o ANDES-SN.

Na mesma década de 1980 foi constituído o Sindicato dos Professores de Londrina (SINDIPROL), que inicialmente representava os docentes da UEL, das instituições privadas e de faculdades isoladas que existiam pelo interior do Paraná – especialmente região norte do Estado e que mais tarde seriam conhecidas como Universidade Norte do Paraná (UENP) e Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

No ano de 1994, no entanto, a Justiça decidiu que era incompatível ao SINDIPROL representar simultaneamente trabalhadores do setor público e do setor privado, sendo fundado naquele mesmo ano o SINPRO Londrina – sindicato que passou a congregiar docentes do setor privado ficando o SINDIPROL como representante exclusivo dos docentes da UEL.

O ano de 2009 foi significativo nesse movimento, pois marca a unificação entre ADUEL e SINDIPROL. A unificação dessa dupla representação era um debate antigo no interior da organização docente da UEL, UENP e FECEA (hoje UNESPAR, campus de Apucarana), pois seria o símbolo cabal de uma unidade desse movimento.

O professor Evaristo Colmán Duarte assim refletia à época: “Manter a dupla representação por mais tempo na prática significará enfraquecer a categoria docente” (DUARTE, 2009, p. 3). Ao que ele complementa:

A fusão da ADUEL e do SINDIPROL numa única entidade, não significará a anulação de nenhuma das duas, mas, o resgate das melhores qualidades que caracterizaram ambas ao longo do tempo. Todas as lutas sindicais e políticas dos docentes da UEL tiveram as duas como protagonistas e por isso, apesar das dificuldades atuais, continuam sendo a referência quando se pensa nos docentes da UEL como um coletivo. (DUARTE, 2009, p. 3).

Assim sendo, em 25 de setembro de 2009, a assembleia da associação conduzida pela presidente professora Silvia Alapanian iniciou a votação que, por fim, deliberou pela dissolução da ADUEL para a sua unificação com o SINDIPROL. A coleta dos votos aconteceu até o dia 02 de outubro às 22h30. Votaram 153 (cento e cinquenta e três) professores associados, sendo que 138 (cento e trinta e oito) votos sim, 11 (onze) votos não, 01 (um) voto em branco e 03 (três) votos nulos. (ADUEL, 2009, p. 01).

Conjuntamente, no mesmo dia, local e horário da assembleia geral extraordinária da ADUEL, organizou-se a assembleia geral extraordinária do SINDIPROL, a qual foi presidida pelo professor Sinival Osório Pitaguarí e tinha, por pontos de pauta, a unificação entre as entidades e a criação de uma nova nomenclatura sindical e de um novo estatuto.

Como um processo político que teve por característica ser amplo e participativo, essa unificação representou a manifestação dos anseios de diversos docentes que debateram a questão alcançando uma concordância em torno dela.

E, na ocasião, como afirma o professor Nilson Magagnin Filho (departamento de Estruturas), essa unificação já era uma proposta antiga do sindicalismo docente da UEL.

Na verdade, a decisão por fazer a unificação havia sido tomada já há alguns anos em assembleias conjuntas promovidas pelo SINDIPROL e pela ADUEL. Em uma delas que eu me lembro muito bem, pois estava nela, foi ao final da greve 2001/2002. Eram decisões praticamente unânimes, muito carregadas do sentido da unidade na defesa dos interesses dos professores e da universidade. Então, essa decisão [de unificação] foi tomada algumas vezes em assembleia pelos professores, mas acontecia que as diretorias de uma e de outra entidade ou das duas entidades, não encaminhavam esta proposição/decisão.<sup>7</sup>

Merece destaque que a partir da supracitada fusão em 2009 (e das implicações legais em torno disso) a ADUEL deixou de fazer parte do ANDES como uma seção sindical<sup>8</sup>. Relação que foi retomada apenas em agosto de 2018 (em assembleia geral do SINDIPROL/ADUEL que deliberou sobre essa adesão) e formalizada junto ao ANDES no seu 38º Congresso, no ano seguinte.

Para o professor Nilson Magagnin, entendeu-se naquele contexto de unificação que, num primeiro momento, os esforços deveriam ser dados em torno do processo de junção interna; pensando-se posteriormente essa questão da filiação ao sindicato nacional. Condição necessária naquele momento, mas que não poupou o SINDIPROL/ADUEL de situações de isolamento na luta sindical docente do Estado.

O que aconteceu no processo foi o seguinte, todos os outros sindicatos de professores das estaduais do Paraná estavam ligados ao ANDES-SN, só nós que não. [...] Muitas vezes havia um certo isolamento com relação à nossa participação. O que aconteceu, ao final, creio que mais por conta disso, pelo menos na minha concepção, é que o SINDIPROL/ADUEL foi levado a se transformar numa seção sindical e se incorporar ao ANDES-SN. Por conta da necessidade de se trabalhar unitariamente no Estado, porque essa sempre foi a nossa proposição: unidade. Independentemente de qual era a diretoria e a quem estava ligado o sindicato, a questão era unidade. E foi isso que norteou o nosso processo de unificação, fizemos primeiro a unidade na UEL para depois buscá-la no Estado.<sup>9</sup>

De acordo com a Pró-Reitoria de Recursos Humanos da UEL (PRORH-UEL, 2022), nos dados disponíveis (fevereiro de 2022), a UEL apresenta um número total de 1.712 docentes (1.207 com vínculo de trabalho efetivo e 505 como temporários), sendo que destes 565 são sindicalizados junto à seção SINDIPROL/ADUEL<sup>10</sup>. Em termos percentuais, esse número apresenta que 33% do total de docentes da UEL são filiados à seção do ANDES em Londrina.<sup>11</sup>

A antiga Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA) hoje integra o sistema UNESPAR (com campus em outras seis cidades do estado). Apesar dos demais campi possuírem representação sindical pela seção SINDUNESPAR, o campus de Apucarana permanece sendo representado

---

<sup>7</sup> Entrevista realizada com o professor Nilson Magagnin Filho, em fevereiro/2022.

<sup>8</sup> Como retratam as falas e documentos (em especial a ata da assembleia geral da ADUEL, em 25/09/2009), com a unificação a ADUEL foi dissolvida – deixou formalmente de existir. Seu patrimônio foi todo destinado para a nova entidade unificada.

<sup>9</sup> Entrevista realizada com o professor Nilson Magagnin Filho, em fevereiro/2022

<sup>10</sup> Os referidos dados de sindicalização nos foram enviados, mediante solicitação, pela secretaria da seção sindical em agosto de 2021.

<sup>11</sup> Cumpre esclarecer que os dados quantitativos referentes aos quadros docentes das IEES/PR e o número de filiações das seções sindicais contemplam o período entre o segundo semestre de 2021 ao primeiro semestre de 2022. Há casos que, na dificuldade de acesso a uma informação atualizada nos portais oficiais, os dados do quadro docente são de período anterior (entre 2019 e 2018).

pela SINDIPROL/ADUEL<sup>12</sup>. Segundo dados fornecidos pela seção sindical, hoje são 38 docentes dessa universidade filiados.

Na UENP o número total de docentes sindicalizados é de 43: 25 docentes integram o campus Bandeirantes; 07 do campus de Cornélio Procópio; e 11 do campus localizado no município de Jacarezinho.

No geral, a SINDIPROL/ADUEL apresentou em agosto de 2021 um total de 688 filiações, um número bem inferior se comparado com os 810 filiados no ano de 2017. Essa queda demonstra uma tendência nas IIES/PR que, logo após a reforma da Previdência Social, viu crescer o número de pedidos de aposentadoria dos docentes que já tinham o direito para tal.

Porém, nesse mesmo sentido, cabe mencionar que (conforme art. 8.º do estatuto da SINDIPROL/ADUEL) a seção sindical possibilitou a filiação aos professores aposentados, tendo estes os mesmos direitos e deveres dos demais associados. No momento dessa pesquisa estavam 42 professores aposentados filiados junto ao SINDIPROL/ADUEL.

A contribuição financeira do sindicalizado ao SINDIPROL/ADUEL se dá pelo desconto em folha de pagamento no valor de 0,5% (meio por cento) do vencimento básico mensal. Aos professores temporários e aposentados, o percentual de desconto sobre o salário base é de 0,25%.

O sindicato possui uma sede própria localizada no centro de Londrina e, ainda, uma outra que se localiza no interior da UEL. O SINDIPROL/ADUEL possui também dois terrenos nas proximidades da universidade – o que evidencia a riqueza de patrimônio dessa organização.

## ***2.2 Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (ADUNIOESTE)***

Como informa a ata de criação, o sindicato dos docentes da UNIOESTE (seção sindical do ANDES-SN) foi fundado “aos 18 dias de do mês de dezembro de 2000”, numa assembleia realizada no campus da cidade de Toledo. A assembleia geral, que contou com a presença da profa. Maria da Graça Bollmann, vice-presidente da Regional Sul do Sindicato Nacional – ANDES, tinha por pauta: 1- Discussão da criação da ADUNIOESTE-SS; 2- Aprovação do Regimento Interno da ADUNIOESTE-SS; 3-Eleição da diretoria provisória; 4- Definição da data de eleição da diretoria definitiva da seção sindical.

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), que foi fundada em 1987 a partir da congregação de faculdades municipais isoladas (criadas inicialmente em Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Toledo – posteriormente incorporando Francisco Beltrão), tem no sindicalismo misto do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Superior do Oeste do Paraná (SINTEOESTE) sua grande expressão/referência histórica de organização sindical.

---

<sup>12</sup> Cumpre relatar que posteriormente à realização dessa pesquisa, em 17 de março de 2022, os docentes da UNESPAR do campus de Apucarana deliberaram de forma unânime em assembleia a transferência da base sindical à SINDUNESPAR.

O referido sindicato misto, que foi fundado em 03 de junho de 1989, constituiu-se por anos como a única instância dedicada às ações sindicais relativas tanto aos docentes como aos agentes universitários da UNIOESTE. Elemento histórico de relevância quando se pensa sobre as motivações para a criação da seção sindical da ADUNIOESTE no interior dessa realidade.

No caminho do sindicalismo docente da UNIOESTE, destaca-se como um momento relevante para a sua constituição a greve ocorrida no início dos anos 2000. Como relatado na obra: “Os 169 Dias que Abalaram o Neoliberalismo no Paraná” (BOSI; REIS; SOUZA, 2014), a greve das universidades estaduais de 2001 e 2002 foi um marco no processo de estruturação do movimento docente pelo Estado e, mais ainda, das organizações sindicais que dela participaram.

Embora realizada em conjunto com os demais sindicatos das universidades, essa greve evidenciou a capacidade de luta dos docentes e a forma que a mesma esteve amparada na democracia como principal pilar da organização do movimento. Para os autores, essa greve rompeu:

com a cultura sindical colaboracionista e autoritária, instalada nos sindicatos mistos. A experiência de organização do ANDES- Sindicato Nacional contribuiu para reorganizar o funcionamento das assembleias e da construção de decisões a partir das seguintes regras: nenhuma proposta era posta em prática sem aprovação das assembleias; nenhum dirigente sindical podia falar em nome do movimento sem ser eleito como representante em assembleia; nenhuma ação era executada sem autorização da assembleia. (BOSI; REIS; SOUZA, 2014, p. 20).

Para o professor Gilberto Grassi Calil, a constituição da ADUNIOESTE é produto indireto da greve de 2000:

Sua constituição é produto das dificuldades que se teve em lidar com um sindicato que era um sindicato misto, que não era atento e que não dava conta das especificidades e das questões próprias da categoria docente e que, mais do que isso, teve uma condução, naquela greve, que foi muito criticada por boa parcela do corpo docente. Então, na greve de 2001, a importância de se ter um sindicato docente, ainda que de constituição recente, foi extremamente grande. (CALIL *in*: BOSI; REIS; SOUZA, 2014, p. 147).

Foi preponderante para essa atuação, conforme reflete o professor Gilberto Calil, o fato de a ADUNIOESTE ser um sindicato local que existe como parte de um sindicato de âmbito nacional. A participação da Secretaria Regional Sul do ANDES nas reuniões do comando de greve (contribuindo com a experiência grevista num contexto de ainda pouca tradição recente de luta sindical) e a assessoria jurídica do ANDES foram colaborações que merecem destaques.

Foi por meio da “greve de seis meses” que a ADUNIOESTE, seção sindical, estabeleceu-se e consolidou-se como uma instituição. A experiência de leitura política e sindical adquirida nesse momento propiciou aos docentes organizados uma análise ainda mais apurada sobre a importância de uma referência sindical própria para o conjunto da categoria.

Analisando esse momento inicial, a professora Aparecida Darc de Souza, que atua no departamento de História do *campus* da UNIOESTE em Marechal Cândido Rondon, ressaltou nesse movimento a iniciativa

de alguns professores em formar uma seção sindical própria do ANDES-SN na universidade, entre os quais se destaca o envolvimento do professor Antônio de Pádua Bosi, que, por meio de experiências anteriores, já havia tido contato com o sindicalismo docente do ANDES-SN.

Ele já tinha experiência anterior, no ensino superior, porque ele já deu aula na federal de Goiás, no *campus* em Catalão, e lá ele participou da criação da primeira seção sindical dos professores de lá, que também era ligada ao ANDES. [...]. A pessoa que responsável por trazer o ANDES para dentro da UNIOESTE foi o Antônio de Pádua, ele que foi a pessoa que foi articulando porque ele já tinha a experiência lá da federal de Goiás.<sup>13</sup>

Na ocasião de sua chegada à universidade, como professora temporária, a realidade do sindicalismo misto da UNIOESTE chamou-lhe a atenção. Também lhe chamaram a atenção os esforços feitos por docentes interessados num sindicato próprio da sua categoria:

O sindicato começou bem pequeno, começou com um grupo de pessoas que foram sendo arregimentadas, foram sendo convidadas, eu participei do ato de fundação, da assembleia, foi uma assembleia muito tensa, porque parte da diretoria da SINTOESTE foi para a assembleia e eles ressentiam muito da criação de um sindicato, é óbvio, porque iria dividir a base deles. [...] Um sindicato não nasce grande, você junta meia dúzia faz o regimento e vamos, daí depois vem o trabalho de fazer esse sindicato ser representativo e etc. e tal.<sup>14</sup>

A professora Aparecida Darc de Souza complementa reforçando a importância do apoio de um sindicato nacional na atuação local da UNIOESTE:

Um dos maiores argumentos que a gente tinha [para conseguir filiações] era que era preciso ter um sindicato com um peso nacional e o ANDES oferecia isso para gente. Quando você tem um sindicato muito pequeno, muito localizado, o que acontece? Você não tem força. Você não tem recursos. Você não tem peso [político]. E, se a gente criasse aqui um sindicato ligado ao ANDES, a gente teria assessoria jurídica, a gente teria toda a estrutura que o ANDES proporcionava [...].

Dados de 2019 (UNIOESTE, 2020) indicam o número de 1.009 docentes efetivos na UNIOESTE, quanto aos temporários, o mesmo documento sinaliza 265 professores nessa condição. São 434 docentes efetivos no campus de Cascavel; 162 no campus de Foz do Iguaçu; 117 em Francisco Beltrão; 150 em Marechal Cândido; e 146 em Toledo. Quanto aos temporários: 86 em Cascavel; 45 em Foz do Iguaçu; 57 no campus de Francisco Beltrão; 36 em Marechal Cândido Rondon; e 41 em Toledo. Como toda realidade assim composta, o sindicalismo docente da ADUNIOESTE sofre com as dificuldades de organização e mobilização em nível multicampi.

No que tange ao número de filiados, dados fornecidos pela seção sindical para essa pesquisa indicam 371 filiados em outubro de 2021 – não foi informada a filiação por campus e nem a série histórica do número de filiações nos últimos anos (a fim de averiguar se houve retração ou aumento desse número). A

---

<sup>13</sup> Entrevista realizada com a professora Aparecida Darc de Souza, em 3 março de 2022.

<sup>14</sup> Entrevista realizada com a professora Aparecida Darc de Souza, em 3 março de 2022.

ADUNIOESTE filia professores aposentados, mas não demonstrou quantos dentre os filiados estão nessa condição.

O valor atual da contribuição mensal junto aos filiados(as) é de 1% do salário base (não considera progressões e gratificação por titulação). Segundo dados da seção sindical fornecidos para a presente pesquisa, o valor médio da contribuição é de R\$ 83,00. A ADUNIOESTE informou não oferecer nenhum tipo de benefício ou convênio aos seus filiados.

### **2.3 Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (SINDUEPG)**

Como uma seção sindical do ANDES-SN, o SINDUEPG tem a sua fundação na assembleia sindical realizada na data de 12 de dezembro de 2002. Conforme dados da ata de fundação, a referida assembleia teve por pauta: “1) Criação da SINDUEPG, seção sindical do ANDES-SN; 2) Aprovação do Regimento Interno da SINDUEPG; 3) Indicação da Diretoria Provisória da SINDUEPG”.<sup>15</sup> Compuseram a mesa para dirigir os trabalhos os professores Pedro Rodrigues Junior e Antônio de Pádua Bosi.

Aberta a assembleia colocou-se em votação a criação da SINDUEPG – Seção Sindical da UEPG, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, procedeu-se à votação do Regimento Interno sendo aprovado por unanimidade. Na sequência a assembleia elegeu, por unanimidade, os seguintes professores para compor a Diretoria Provisória da SINDUEPG: Rosângela Petuba (presidente); José Rosa Gomes (secretário); Sílvio Luiz Rutz da Silva (tesoureiro). (SINDUEPG, 2002)

Porém, a história do movimento docente na UEPG não começa na supracitada data da assembleia de fundação da seção sindical do ANDES-SN. Esse foi apenas o marco que simboliza a adesão dos professores à proposta de organização e representação em nível nacional conforme propõe esse sindicato nacional.

Relatos colhidos em entrevistas qualitativas realizadas com docentes que participaram dos movimentos iniciais de organização docente na UEPG revelam que o começo dessa mobilização data dos anos de 1980, com a criação da Associação Docente da UEPG (ADUPG). No entanto, na perspectiva sindical, na busca pela defesa dos seus direitos, professores da universidade recorriam ao Sindicato dos Professores do Paraná (SINPROPAR) de Curitiba como forma de construir um espaço de acolhimento às suas necessidades profissionais e trabalhistas.

Assim, embora nesse momento já houvesse sido criada a Associação dos Docente da UEPG (ADUPG), era esse sindicato de Curitiba o responsável direto pela atenção às necessidades sindicais docentes no início dos anos 1980, como relata o professor Oscar Herberto Fustenberger<sup>16</sup>, um dos pioneiros do movimento docente da UEPG.

---

<sup>15</sup> Curioso verificar que no referido documento SINDUEPG é precedido pelo artigo “a”, questão que não se repete nos demais documentos consultados, sendo sempre a referência “o SINDUEPG”, “do SINDUEPG” etc.

<sup>16</sup> Entrevista realizada com o professor aposentado Oscar Herberto Fustenberger, em 2 de julho de 2021.

E o SINPROPAR fazia as nossas representações sindicais e nós fazemos suporte com ele daí, começou daí a gente até fez aquela estratégia que eu comentei aquele dia na reunião. A gente já sentiu aquela ideia de que nós precisávamos de uma pequena sede, daí nós alugamos um espaço na Rua Pinheiro Machado, ao lado do bar Baviera, era uma sede bem simpática, já tínhamos uma secretária, um telefone temos uma referência, algumas ações que estavam começaram a circular ação trabalhista, as pessoas podiam ir lá e organizar e levar para SINPROPAR, então isso já começou a acontecer.<sup>17</sup>

Segundo o professor, pode ser considerado um dos importantes passos do incipiente sindicalismo docente da UEPG o aluguel de uma pequena sede localizada à Rua Pinheiro Machado onde as demandas docentes eram organizadas e levadas até o SINPROPAR de Curitiba. O espaço também servia para congregar eventos festivos dos professores.

A ADUPG tinha por finalidade oficializar a ideia de uma organização própria dos docentes da universidade em âmbito local, a qual, segundo os entrevistados, era voltada mais para aglutinar localmente as demandas profissionais, para posterior envio delas ao SINPROPAR e também para a organização de atividades culturais e recreativas.

Quando comecei a participar da ADUPG clássica, que promovia jantares no dia dos professores, a gente continuou com essa linha, até por sinal, a gente tinha diretores(as) que eram muito competentes. A gente se reunia e fazíamos momentos festivos muito interessantes. A gente tinha a clareza de não abandonar isso, pois isso que agregava os professores.<sup>18</sup>

Segundo a professora Zenilda Batista Bruginiski, aposentada pelo departamento de Serviço Social, foi a partir do contato com professores sindicalistas das universidades estaduais de Londrina e Maringá que surgiram os incentivos definitivos para que a organização docente da UEPG avançasse rumo a uma característica mais sindical, no sentido de combativo e reivindicativo.

[...] e a gente participava das reuniões de sindicato de Londrina de Maringá, até ouvíamos muito de Londrina e Maringá: “você precisam fazer um sindicato”; eles falavam muito isso e a gente começou a fazer um movimento para formar o sindicato. O sindicato tinha a intenção de envolver todos e não apenas docentes.<sup>19</sup>

Dessa iniciativa a experiência da ADUPG é findada e dá-se espaço, em 1990, à criação do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Estaduais de Ensino Superior de Ponta Grossa (SINTESPO). O referido sindicato surge com uma natureza mista, ou seja, congrega servidores da UEPG sejam estes professores ou técnicos.

Formamos então o sindicato (SINTESPO), tínhamos uma sede, era bem atrás da universidade, depois foi para a Rua 7 de Setembro, e assim tivemos lutas inúmeras porque, logo já de começo do sindicato, nós já tivemos uma greve na universidade

---

<sup>17</sup> Entrevista realizada com o professor aposentado Oscar Herberto Furstenberger, em 2 de julho de 2021.

<sup>18</sup> Entrevista realizada com o professor aposentado Oscar Herberto Furstenberger, em 2 de julho de 2021.

<sup>19</sup> Entrevista realizada com a professora aposentada Zenilda Batista Bruginiski, em 14 de julho de 2021.



envolvendo todo os servidores. Lógico que você sabe que sempre tem os fura-greve, mas fechou na universidade, houve uma assembleia que foi ali no pátio central da universidade, mais de 3 mil pessoas entre estudantes, funcionários, professores.<sup>20</sup>

A professora Zenilda B. Bruginski, que presidiu a primeira gestão do SINTESPO, relatou na entrevista realizada as dificuldades dessa relação mista entre professores e técnicos da universidade na formação e organização da luta sindical. Essas dificuldades adivinham basicamente de diferenças políticas e na forma de condução da luta sindical.

Por um período de oito anos (1990 até 1998) o sindicalismo docente na UEPG ficou sendo mobilizado de forma agregada ao sindicato misto SINTESPO. Em 1998, convictos da necessidade de uma organização sindical que aglutinasse exclusivamente docentes, iniciou-se um movimento em prol da retomada da criação de uma nova associação docente, agora como nome Associação Docente da UEPG (ADUEPG).

Essa desvinculação ao SINTESPO é motivada pelo interesse de um significativo grupo de professores que almejava um sindicato próprio e, futuramente, a transformação desse em uma seção sindical do ANDES-SN. Da consolidação dessa transformação em 2002, o professor Oscar relatou que foi um movimento tranquilo, sem correntes contrárias a tal filiação dentro corpo docente sindicalizado.

[...] do grupo que pensou a filiação ao ANDES (transformar o SINDUEPG numa seção sindical) o movimento foi tranquilo. Todos envolvidos concordavam. A nova associação docente [ADUEPG] foi criada justamente para se transformar em seção sindical.<sup>21</sup>

O sindicalismo docente da UEPG demonstra uma trajetória rica repleta de exemplos de como professores se dedicam à luta coletiva e sindical. E os desafios sempre foram intensos, como analisa o professor sindicalista:

Desde que eu entrei, primeiro como professor colaborador, até o momento que eu saí aposentado, 32 anos depois, nós [professores] nunca tivemos paz profissional. Sempre estávamos atrás dos nossos direitos. Sempre estávamos brigando. Volta e meia tínhamos greves, difíceis. Viajávamos muito de Londrina a Maringá, Cascavel [...] sempre articulando com as outras entidades sindicais. (FURSTENBERGER, 2021).

Em 2022 essa seção sindical completou 20 anos de existência certos da sua importância em nível local para o sindicalismo paranaense. Da fundação da primeira associação docente (ADUPG) nos anos 1980; passando depois pela criação do, até hoje existente, SINTESPO; da criação da segunda associação (ADUEPG) e, por fim, chegando ao momento de filiação e criação da seção sindical do ANDES-SN, ao qual os docentes da UEPG passaram a articular a luta sindical docente com uma associação nacional.

---

<sup>20</sup> Entrevista realizada com a professora aposentada Zenilda Batista Bruginski, em 14 de julho de 2021.

<sup>21</sup> Entrevista realizada com o professor aposentado Oscar Herberto Furstenberger, em 2 de julho de 2021.

Em dados atuais, maio de 2021, o SINDUEPG conta com 284 professores filiados (29,9% do total de professores da universidade)<sup>22</sup>. Analisando os dados quantitativos de filiação de 2016 a 2020, verifica-se que 290 é a média anual de filiações. Os anos de 2020 e 2021 apresentam números de filiação abaixo da média devido às recentes reformas previdenciárias do governo estadual e o movimento que a mesma propiciou no sentido de que diversos professores (que tinham direito) realizassem seus pedidos de aposentadoria. Essa é uma situação que também se apresenta nas outras IEES/PR.

Há, por outro lado, na atual dinâmica do sindicato em Ponta Grossa, uma dificuldade na forma de conduzir uma política de filiação de professores aposentados, e, no momento da pesquisa, foi informada apenas a participação de um professor filiado nessa condição.<sup>23</sup>

Analisando os dados de maio de 2021, dos 284 professores sindicalizados 276 (97,1%) possuem vínculo efetivo com a universidade, sete são professores temporários (2,4%) e, como comentado acima, apenas um aposentado. Há o predomínio feminino no rol de filiação do SINDUEPG: 158 professoras filiadas (55,6%) e 126 professores (44,3%).

A contribuição financeira do sindicalizado ao SINDUEPG se dá pelo desconto em folha de pagamento no valor de 1% (um por cento) do vencimento básico mensal. Como benefícios ou convênios, foi informado apenas uma possibilidade de convênio que o sindicato propicia junto a uma administradora de planos de saúde – porém nenhuma informação adicional foi repassada e nada respeito desse convênio, e as formas de acesso que o filiado tem ao mesmo, foi encontrado no site oficial.

#### ***2.4 Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Centro Oeste (ADUNICENTRO)***

A Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) surgiu no ano de 1990 da fusão de duas universidades: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava (FAFIG) e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati (FECLI).

Em termos sindicais, a universidade conta com duas instâncias representativas dos seus servidores. A organização mais antiga é o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior da UNICENTRO (SINTESU), fundado em 28 de março de 1991.

No âmbito da organização exclusivamente docente, o Sindicato dos Docentes da UNICENTRO (ADUNICENTRO) é a seção sindical do ANDES-SN que foi fundada em 25 de junho de 2003 “devido à necessidade de uma representação sindical docente não vinculada à administração da universidade e que se

---

<sup>22</sup> De acordo com a Divisão de Carreiras da Pró-Reitoria de Recursos Humanos da UEPG, em consulta feita em novembro de 2021, mediante protocolo digital (PROCESSO SEI nº 21.000060628-6), essa universidade conta com 948 professores sendo que destes 282 (29,75%) são contratados em regime especial – professor temporário.

<sup>23</sup> Essa dificuldade expressa-se especialmente na forma de realizar o desconto mensal da filiação, visto que esse professor aposentado sairia da folha de pagamento da universidade e passaria a receber pela entidade estatal responsável por gerir o pagamento de aposentados e pensionistas do estado do Paraná, a saber: ParanaPrevidência.

pautasse pela autonomia das lutas docentes” (ADUNICENTRO, 2022). A seção tem sua sede na cidade de Guarapuava.

Para o professor Denny William da Silva, ex-dirigente da ADUNICENTRO que vivenciou esse momento, o anseio de um sindicato próprio pode ser creditado para o conjunto de professores mais jovens que adentra a universidade no início dos anos 2000 e não visualiza no sindicato misto um representante direto dos seus interesses.

Mas o conjunto de professores mais jovens, que entra mais recentemente, a partir do início dos anos 2000, se incomoda com o modelo de sindicato [em vigor até o momento] e começa a estabelecer contato com a Regional Sul do ANDES-SN, que alguns já conheciam, buscam informações acerca do que é o sindicato nacional e decide começar as tratativas para fundar a ADUNICENTRO que hoje é a seção sindical do ANDES-SN aqui na nossa universidade. Então isso se dá no início dos anos 2000.<sup>24</sup>

Ademais, dois fatores foram centrais para a criação dessa organização com características sindicais que atuaria de forma exclusiva aos docentes na UNICENTRO: o primeiro fator tem relação com o contexto de luta pela concessão dos valores referentes ao Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE) para todos os docentes – até aquele momento, a concessão do TIDE era limitada para apenas alguns docentes.

Havia a 'fila do TIDE'. Liderados pelo prof. Amauri, do DEAGRO e primeiro presidente da ADUNICENTRO, o movimento '*Estou sem TIDE faz... dias*', em que os docentes sem TIDE carregavam crachás atualizados diariamente, gerou grande repercussão e acabou forçando a conquista. A implantação do TIDE para todos os docentes da UNICENTRO em 2003 foi a primeira grande vitória da entidade. (ADUNICENTRO, 2022, grifo do autor).

O segundo fator que impulsionou naquele momento histórico a criação da seção sindical foi o contexto do pós-greve dos seis meses, ocorrida entre os anos de 2001 e 2002. Na ocasião, a UNICENTRO ficou de fora desta greve (sem sequer realizar um dia de paralização das suas atividades) – o que demonstrou um descompasso com a atividades sindical e a leitura política de outros sindicatos.

A ausência da UNICENTRO naquele movimento foi duramente sentida por muitos docentes da nossa instituição que não compreendiam e nem aceitavam que nossos companheiros das demais IIES estivessem lutando sozinhos e que, sendo vitoriosos, os docentes da UNICENTRO também seriam beneficiados. A partir da fundação da ADUNICENTRO, nossa universidade nunca mais ficou alheia a qualquer luta docente no estado do Paraná. (ADUNICENTRO, 2022).

O ex-dirigente do sindicato complementa sobre como a greve de 2001/2002 acabou por também se tornar um fator motivador da criação da ADUNICENTRO:

Os sindicatos mistos basicamente não fizeram o enfrentamento naquele processo [da greve], com exceção do SINTEEMAR, que teve um papel mais importante no que diz respeito à organização dos docentes [...]. No que diz respeito ao SINTESU, na greve dos

---

<sup>24</sup> Entrevista realizada com o professor Denny William da Silva, realizada em 17 de fevereiro de 2022.

seis meses, a UNICENTRO não fez greve nenhum dia. E isso incomodou muito. Foi assim um momento de muito inconformismo por parte dos docentes e assim começamos a questionar a legitimidade do SINTESU no sentido de representar efetivamente a pauta dos docentes.<sup>25</sup>

De acordo com a ata de criação (ADUNICENTRO, 2003), a primeira diretoria provisória foi composta por estes professores: Amauri Siviero (presidente); José Ricardo Libardoni dos Santos (vice-presidente); Edgar Ávila Gandra (primeiro tesoureiro); Hélivio Alexandre Mariano (primeiro secretário); e Sandra Lourenço (segunda secretária).

Com relação aos atuais dados quantitativos dos servidores docentes, a UNICENTRO possui um total de 861 professores – 546 efetivos e 315 temporários (UNICENTRO, 2019). Desse total, conforme dados prestados pela própria ADUNICENTRO, 232 são filiados à seção sindical da ANDES-SN na UNICENTRO.

A contribuição dos filiados ao sindicato se dá mediante o desconto mensal de 1% (um por cento) do vencimento básico (não incorporados os adicionais e demais vantagens). Não foi verificada a oferta de serviços ou benefícios aos seus filiados no site oficial do sindicato.

## ***2.5 Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá (SESDUEM)***

Criada aos onze dias do mês de setembro de 2007, a seção sindical do ANDES-SN na UEM representa uma antiga reivindicação de professores e professoras em ter de volta um sindicato dedicado exclusivamente às suas demandas e interesses.

Para falar do processo de criação da seção sindical da UEM, torna-se necessário falar da relação que os professores tiveram por anos com a Associação dos Docentes da UEM (ADUEM) e com o sindicato misto dessa universidade.

A ADUEM foi fundada oficialmente em 02 de dezembro de 1978, no bojo do enfraquecimento do regime militar, abertura política e da efervescência do novo sindicalismo em âmbito nacional. Deu-se ainda em meio ao crescimento quantitativo e qualitativo do movimento docente de ensino superior pelo país, ao qual professores da UEM participaram efetivamente (inclusive se envolvendo, já nos anos 1980, com a criação da associação nacional).

O ano de 1978 foi de ampla movimentação no interior da organização docente da UEM a fim de que fossem direcionados esforços na formação/criação da associação. Como resultado, ao final do referido ano, foi possível alcançar a formalização da associação, aprovar e implementar o seu primeiro Estatuto.

A primeira diretoria eleita da Aduem tomou posse em 7 de abril de 1979, comandada pela presidente Nadir Aparecida Cancian e pelo vice-presidente José Tarcísio Pires Trindade. Como demonstra a documentação, este último exerceu a presidência em vários períodos [...]. (DIAS; GOMES, 2018, p. 66)

---

<sup>25</sup> Entrevista realizada com o professor Denny William da Silva, realizada em 17 de fevereiro de 2022.

Como afirmam Dias e Gomes (2018), no plano de organização sindical da UEM, a associação docente teve um importante caráter de indução das demais instituições de representação dos trabalhadores:

Inspirou a formação da Associação dos Funcionários da UEM – Afuem, teve participação na fundação do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino de Maringá – Sinteemar e, décadas depois, na reconstituição de uma representação sindical diretamente dos docentes, cuja expressão atual é a Sesduem. (DIAS; GOMES, 2018, p. 15)

O protagonismo histórico da ADUEM se dá, seja por meio da campanha pelas eleições diretas aos principais cargos da universidade; seja pela reformulação da legislação interna da universidade – especialmente o estatuto e regimento; seja pela mudança do sistema de gestão de forma abrangente; seja no engajamento pela ampliação do caráter público da universidade, mediante a introdução da gratuidade do ensino. Outro dado relevante que tem relação direta com o movimento docente da UEM é que, segundo relatam Priori e Marques (2001 *apud* PADILHA, 2008), a primeira greve numa universidade estadual paranaense ocorreu em 1980 e foi protagonizada por professores e funcionários da UEM que paralisaram suas atividades por conta da não concessão por parte do estado do aumento salarial determinado pela Justiça do Trabalho.

O professor aposentado Nelson Martins Garcia esteve presente no nascimento da ADUEM, em 1978, participando de todas as reuniões de criação da associação. A sua participação em diretorias se iniciou como tesoureiro, em 1984, sendo que por duas gestões assumiu a presidência da entidade (1993-1995 / 1995-1997).

O trabalho de quatro anos à frente da ADUEM, como Presidente, foi muito além de gratificante, principalmente por iniciar a gestão com pouco mais de 400 associados e entregar a Entidade, em 1997, com mais de 1.200 associados. Isso por si só, demonstra a abrangência do trabalho realizado, com mais um ano de gestão como Tesoureiro 1984/1985 e Presidente da Aduem em duas gestões 1993/1995 e 1995/1997. [...] Nas gestões de 1993 a 1997, como Presidente, participamos ativamente de todas as mobilizações e reuniões sobre: regulamentação do artigo 205 da Constituição Estadual sobre a C&T; na luta e aprovação da Carreira Docente das IEES/PR; conquista do TIDE – Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, implantado na UEM em 1987 (dez anos antes que as demais IEES/PR).<sup>26</sup>

O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá (SINTEEMAR), filiado à CUT, foi criado em agosto de 1985, é uma instituição sindical com atuação voltada para os interesses dos professores e funcionários de redes de ensino público e privado da cidade de Maringá. Diferente da ADUEM, o SINTEEMAR tinha por característica ser uma entidade mista que aglutinava por ramos de atividade e não por corporação.

---

<sup>26</sup> Entrevista realizada com o professor aposentado Nelson Martins Garcia, em fevereiro/2022.

Como relatam Dias e Gomes (2018), no início o SINTEEMAR funcionou em uma das salas da sede da ADUEM, cuja estrutura era também compartilhada com o recém-criado sindicato. Para os autores, a relação dessas organizações foi além do mero compartilhamento de salas, adentrando o terreno da luta conjunta pela universidade paranaense por meio de greves e paralisações.

Com a criação do sindicato nacional dos docentes, pós Constituição Federal de 1988, o debate no interior do sindicalismo docente na UEM seria em torno de transformar ou não a ADUEM numa seção sindical do ANDES-SN. Relatos dão conta de que a oposição a esse movimento era maioria. Entendia-se que a ADUEM (atuando em conjunto com o sindicato SINTEEMAR), possuía particularidades e, embora até possuísse o interesse em manter o vínculo com ANDES, não deveria se transformar em seção sindical nacional.

Em 12 de abril de 1989, uma assembleia da ADUEM decidiu que a entidade deveria promover a desfiliação imediata do ANDES. Ao acessar o documento Ofício ADUEM n.º 011/89, de 16 de maio de 1989, é possível verificar os motivos da decisão realizada em assembleia:

Há um procedimento político bastante amadurecido na UEM, de aversão a uma exclusão das bases das definições fundamentais. Infelizmente a evolução do ANDES, que contou na sua fundação, e em vários momentos mais importantes com a nossa participação, acabou por atropelar a nossa organização local. Assim como os trabalhadores da UEM formaram a sua entidade, bem como a dos funcionários técnicos-administrativos, no calor das lutas aguerridas criaram também, de maneira unificada, o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá. Tal decisão possibilitando a unificação de toda a categoria realizou-se no bojo de uma crítica no corporativismo e pela necessidade de fortalecer o espaço sindical da nossa região. A ADUEM, transformada numa seção sindical simplesmente atropela e arrisca destruir toda uma História de lutas, que teve e tem a sua relevância no contexto estadual e nacional embora nem sempre devidamente reconhecida pelo aspecto mais federalizado da ANDES. [...] Como os companheiros poderão observar pela proposta aprovada, não pretendemos cortar os vínculos com a ANDES. Ao desfilarmos nos indicamos que esta foi a única opção deixada pela ANDES, dado a sua normatização sindical então aprovada. (ADUEM, 1989).

Havia o interesse da ADUEM que o estatuto do ANDES-SN fosse alterado para adequar situações semelhantes à realidade de Maringá. Desse episódio, parte da diretoria da ADUEM, que não concordava com o que ficara decidido, resolveu renunciar.

Foi apenas em 1993, no final da gestão da professora Maria de Fátima Vianna de Souza, que o tema da (des)filiação junto ao ANDES-SN retornou com força ao debate sindical docente da UEM. Entre os anos de 2005 a 2007, a ADUEM inicia um processo para se transformar em seção sindical do ANDES. No 26º Congresso do ANDES-SN o pedido de refiliação da ADUEM foi negado. A diretoria do sindicato nacional alegou isso acarretaria num passivo desde 1989 (data da desfiliação) e que a associação deveria solicitar um pedido de filiação.

A saída encontrada pelos que se interessavam por uma entidade sindical própria dos docentes foi a criação, em 11 de setembro de 2007, da seção sindical dos docentes da UEM – ligada ao Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN). Cabe dizer que essa iniciativa foi logo motivo de polêmica

e litígio. O processo de criação de um sindicato específico dos docentes (seção sindical) chegou a ser questionado juridicamente pelo SINTEEMAR.

A SESDUEM compõe assim, essa particularidade sindical e representativa da UEM nas suas múltiplas instâncias organizativas existentes e atuantes no interior da universidade: SESDUEM, AFUEM, SINTEEMAR e ADUEM. E sobre o papel hoje da ADUEM, precursora de todas essas demais, o professor Nelson Martins Garcia assim explica:

A partir dos anos 2005 a ADUEM, por decisão de suas diretorias, pouco participou dos movimentos, nem mesmo nas discussões políticas, deixando todos os afazeres sindicais para o SINTEEMAR e depois para o ANDES-LOCAL também. Com a construção da Sede Social (Clube Social), dentro do campus da UEM, se dedicou apenas aos convênios, planos de saúde e promoções de festas e eventos culturais, desportivas e lazer. Está assim até nossos dias, nessas atividades [...].<sup>27</sup>

Atualmente a UEM conta com 1.548 docentes em exercício entre efetivos e temporários (UEM, 2021). No que tange ao número de filiados à SESDUEM, segundo dados da própria seção sindical, são 324 professores filiados (285 ativos e 39 aposentados). Dos professores filiados ativos, 97% possuem vínculo efetivo com a universidade e apenas 3% como temporário.

Quanto aos filiados, não foi possível obter a informação quanto às filiações por campus, uma vez que a UEM é multicampi estando presente em diversas outras cidades do Estado do Paraná, como: Arenito, Cianorte, Diamante do Norte, Goioerê, Umuarama e Ivaiporã.

## ***2.6 Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual do Paraná (SINDUNESPAR)***

A Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) é uma instituição descentralizada geograficamente formada por sete campi nas cidades de Apucarana, Campo Mourão, Curitiba, Paranaguá, Paranaíba e União da Vitória. É a junção de diversas faculdades estaduais com longa trajetória no interior do Estado.

O “Censo Acadêmico”, de 2018, da então Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (PARANÁ, 2018), o mais atual que pôde-se ter acesso, traz o número de 924 professores atuando na UNESPAR – desse número, 27% são professores com vínculo temporário de trabalho.

A complexidade multicampi e multirregional também se apresenta na organização sindical. No caso da SINDUNESPAR, a própria descrição do processo de criação da seção sindical pode ser marcada, inicialmente, pela iniciativa de um campus.

A seção sindical SINDUNESPAR, hoje Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual do Paraná, foi oficialmente criada, em 2012, e ratificada no 32º Congresso do ANDES-SN, realizado em março de 2013 na cidade do Rio de Janeiro/RJ, com o nome Seção Sindical dos Docentes Universitários de Paranaguá.

---

<sup>27</sup> Entrevista realizada com o professor aposentado Nelson Martins Garcia, em fevereiro/2022.

Isso porque, como conta o professor João Guilherme Corrêa<sup>28</sup> - primeiro presidente da seção sindical -, foi na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (então denominada FAFIPAR), no ano de 2012, que se iniciaram os esforços dos docentes em torno de um sindicato próprio da categoria. Até então, não havia na FAFIPAR (e em nenhuma outra faculdade que hoje integra o sistema UNESPAR) organização docentes aos moldes sindicais.

Nesse período nós pensamos se a gente tenta criar uma seção sindical para o campus ou a gente já se antecipa ao movimento de criação da UNESPAR e cria uma seção sindical da UNESPAR inteira. [...] Aí fizemos, por Paranaguá mesmo, uma assembleia na sala dos professores. Foi um movimento que teve bastante apoio dos professores, sabe. Fazíamos as assembleias lotadas. A gente fez uma greve na época<sup>29</sup>.

Em 2012 foi criada, assim, uma seção sindical do ANDES-SN na FAFIPAR, que posteriormente (ao processo de consolidação da fusão das faculdades que formou a UNESPAR) foi transformada na seção sindical dos docentes da UNESPAR<sup>30</sup>. E a sigla SINDUNESPAR, estrategicamente escolhida naquele momento inicial, pôde permanecer a mesma após a ampliação da seção sindical para além dos limites de Paranaguá.

A primeira gestão do SINDUNESPAR era composta apenas por professores do *campus* de Paranaguá. A gestão SINDUNESPAR, 2015-2017, por sua vez, foi a primeira gestão *multicampi* da seção sindical. O elemento da distância envolvendo essa realidade *multicampi* é, no entanto, um desafio ainda nos dias atuais.

Uma das particularidades do SINDUNESPAR é a possibilidade de liberação parcial (50% das atividades desempenhadas em ensino, pesquisa e extensão) de seu presidente, para exercer a função no sindicato. No caso do atual presidente, o professor Osmar Martins de Souza, a Portaria (Reitoria/UNESPAR) n.º 933/2021 é o documento que garante ao docente tal direito.<sup>31</sup>

Em termos quantitativos, a seção sindical conta hoje com 92 professores filiados. Se for levado em conta os dados do “Censo Acadêmico” (PARANÁ, 2018), o número de filiados representa apenas 9,9% do total de docentes da instituição. O menor percentual de filiações dentre as seções sindicais das IEEES/PR.<sup>32</sup>

A contribuição se dá mediante o desconto de 1% do salário base do professor. Não foi verificado no site oficial do sindicato a oferta de serviços ou benefícios aos seus associados. A sede da seção sindical, conforme o atual Regimento, é na cidade de Curitiba.

---

<sup>28</sup> Entrevista realizada com o professor João Guilherme de Souza Corrêa, em fevereiro/2022.

<sup>29</sup> A mencionada greve tinha relação direta com os movimentos de protestos das seções sindicais face aos atrasos do governo estadual em pagar a parcela de 2013 da equiparação salarial. Ver Lei Estadual n.º 17.280/2012.

<sup>30</sup> A exceção do campus de Apucarana – que ainda hoje tem sua representatividade sindical docente junto ao SINDIPROL/ADUEL.

<sup>31</sup> Na burocracia estatal do Paraná, existe a Lei n.º 10.981, de 27 de dezembro de 1994, que assegura ao servidor público estadual, eleito dirigente sindical, o afastamento do seu cargo sem prejuízo dos vencimentos. O que se verificou na pesquisa é que são raros os casos de dirigentes que buscam usufruir tal condição e o componente político (de “estar junto da base”) é o principal argumento para a permanência nas funções docentes, mesmo quando é parte integrante da diretoria sindical.

<sup>32</sup> Embora esclareça-se aqui que no montante de 945 professores constantes no censo, consta os que atuam no *campus* de Apucarana (antiga FECEA) e que no momento da pesquisa ainda integravam a base sindical do SINDIPROL/ADUEL. Se, por exemplo, fossem somados os 38 professores do *campus* de Apucarana, filiados ao SINDIPROL/ADUEL conforme dados de agosto de 2021, esse percentual de docentes sindicalizados na UNESPAR subiria para 14%.



## Considerações Finais

O presente artigo buscou discutir o sindicalismo docente do ensino superior no interior das instituições estaduais de ensino superior do Paraná. Inicialmente foram feitas reflexões acerca das características desse tipo de sindicalismo e como o mesmo se estruturou no contexto brasileiro.

As discussões na literatura especializada trazem reflexões que possibilitam problematizar a relação entre o trabalho docente do ensino superior e a participação sindical, tendo por base os elementos que particularizam essa profissão e, conseqüentemente, o perfil/identidade desse profissional. Merecem destaque a sua vinculação com uma chamada “classe média” (historicamente refratária ao sindicalismo) e a conseqüente dificuldade desse profissional se perceber como parte integrante de uma classe trabalhadora.<sup>33</sup>

Embora aparentemente contraditória, a relação entre sindicalismo e docência no ensino superior se constrói no Brasil ao longo de décadas e culmina em um importante acontecimento: a estruturação, em 1981, de um sindicato nacional de docentes do ensino superior. Sindicato com uma clara inclinação à esquerda do espectro político (ligando-se aos interesses do conjunto dos demais trabalhadores) e que se estrutura localmente por meio de seções sindicais.

Em termos locais, o artigo tratou de apresentar elementos que contextualizam historicamente esse sindicalismo junto à realidade das IEES/PR. A configuração desses sindicatos segue atrelada às realidades próprias de cada localidade em que está inserido ao mesmo tempo em que busca atender orientações mais amplas do conjunto dos docentes de ensino superior, organizados por meio de seu sindicato nacional. Assim, conforme a pesquisa demonstrou, é importante sinalizar que essa estruturação sindical docente no estado obedece a questões muito particulares de cada realidade (MARINO, 2022).

Trazer o sindicalismo docente das IEES/PR para o centro do debate requer, sobretudo, a clareza de quão árdua se pode tornar essa tarefa, considerando o extenso período em análise e a ampla conjuntura que abarca as realidades (por vezes, particulares) de diferentes universidades instaladas em distintas regiões do estado do Paraná.

Feito o esclarecimento, à guisa de conclusão, ficam algumas questões gerais que podem ser problematizadas à luz das respectivas trajetórias aqui trazidas: 1) a consolidação desses sindicatos que, especialmente, a partir de início dos anos 2000 passam a se estruturar como seções sindicais locais do ANDES-SN; 2) a relação dos sindicatos docentes com os sindicatos mistos/unificados, uma relação que é ambigüamente marcada historicamente tanto pela complementariedade quanto pela tensão<sup>34</sup>; 3) as formas de articulação entre essas diferentes seções sindicais das IEES/PR no estado, em um primeiro momento

---

<sup>33</sup> No caso das IEES/PR, essa questão se complexifica tendo por base o *locus* de trabalho desse docente no setor público. Sobre a trajetória/particularidades do sindicalismo no setor público brasileiro, recomenda-se a obra “A Liberdade Desfigurada”, Arnaldo José França M. Nogueira, editora Expressão Popular.

<sup>34</sup> De fato, as relações entre sindicatos docentes das IEES e os demais sindicatos dos servidores do estado são complexas, pois envolvem diversos elementos históricos com raízes em acentuadas diferenças de concepção política e sindical. Assim, no entendimento aqui defendido, essa questão merece aprofundamento em um estudo específico que considere esse tema como central – fato que não ocorreu nesta pesquisa.

por meio de um “Fórum de Associações Docentes” e, hoje, por meio de um “Comando Sindical Docente”<sup>35</sup>; 4) as pautas de luta sindical que, historicamente, trarão elementos relacionados aos interesses em comum dos servidores do estado (a exemplo do reajuste salarial anual), da comunidade acadêmica (defesa pela manutenção da universidade pública e da autonomia universitária) e, outros, relacionados aos elementos próprios da carreira docente nas IEES (plano de carreira, regime de trabalho, adicionais de titulação etc.).

Como a pesquisa evidenciou, salienta-se que todas essas seções ainda permanecem em pleno funcionamento até o presente momento. Considerando a riqueza empírica dessa realidade, espera-se que a centralidade do debate aqui proposto junto ao sindicalismo docente das IEES/PR potencialize a produção de novos conhecimentos sobre esse sindicalismo, sobre a carreira docente e sobre a universidade pública paranaense.

## Referências

- ADUEL. Londrina. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 25 set. 2009**. Livro A.
- ADUEM. Maringá. **Ofício nº 011, de 16 maio 1989**.
- ADUNICENTRO. **Quem Somos**. Disponível em: <http://www.adunicentro.org.br/quem-somos>. Acesso em: 15 fev. 2022.
- ADUNICENTRO. Guarapuava. **Ata da Assembleia Geral realizada no dia 25 jun. 2003**. Livro A-003, folha 133.
- ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BEZERRA, Herlon Alves. **Rumo ao Sindicato Oficial: natureza de classe e trajetória organizativa do sindicalismo docente no Ceará**. 2019. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, 2019.
- BOITO JR., A. Classe Média e Sindicalismo. **POLITEIA: Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, p.211-234, 2004.
- BOSI, Antônio de Pádua. REIS, Luis Fernando. SOUZA, Aparecida Darc de. **Os 169 dias que Abalaram o Neoliberalismo no Paraná: memórias de docentes sobre a greve das universidades estaduais de 2001/2002**. São Paulo: Hucitec, 2014.
- CALIL, Gilberto Grassi. Entrevista. *In*: BOSI, Antônio de Pádua; REIS, Luis Fernando; SOUZA, Aparecida Darc de. **Os 169 dias que abalaram o neoliberalismo no Paraná: memórias de docentes sobre a greve das universidades estaduais de 2001/2002**. São Paulo: Hucitec, 2014. p. 128-150.
- CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1877-1944)**. 2. Ed. São Paulo: DIFEL, 1984.
- DAL ROSSO, Sadi. De associação a Sindicato. **Universidade e Sociedade**, DF, ano XX, nº 47, fevereiro de 2011.

---

<sup>35</sup> O Comando Sindical Docente se configura como um espaço político que engloba representações de todas as seções sindicais do ANDES-SN nas estaduais do Paraná, visando dar coesão e peso político à luta sindical docente no interior das IEES.

DIAS, Reginaldo Benedito; GOMES, Dirceu Herrero. **ADUEM Memorial 40 anos: 1978-2018**. Maringá: Sinergia Casa Editorial, 2018.

DONATONI, Alaíde Rita. **Trajatória do movimento docente do ensino superior: um resgate histórico da origem e desenvolvimento da ANDES**. 1999. Tese (Doutorado faculdade de Educação) - UNICAMP, Campinas.

DUARTE, Evaristo Emigdio Colmán. SINDIPROL/ADUEL - Unificação fortalece a categoria. **O Papel do Professor**, Londrina, ano 1, n.1, p. 3, maio 2009. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/wp-content/uploads/2018/06/33-maio-de-2009.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023.

FANTINATTI, M. M. C. M. **O Movimento Docente na Universidade Pública**. Campinas: Editora Alínea, 2001.

FURSTENBERGER, Oscar Heberto. **Assembleia de posse – SINDUEPG**. Ponta Grossa, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l8OW03XyUu0>. Acesso em: 11 out. 2021.

MARINO, Peterson Alexandre. **O Sindicalismo Docente nas Universidades Estaduais do Paraná: Uma Análise do Período 2011-2018**. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

NAVARRO, Ignez Pinto. **Sindicalismo de intelectuais no brasil: história e memória - um resgate da trajetória da Andes - SN, com ênfase na política educacional (1981-1994)**. 1999. 475 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

PAIVA, Luís Roberto B. de. **Sindicalismo e associativismo docente universitário na América Latina - História e embates políticos na contemporaneidade (1990-2010)**. 2016. 682 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo: UNINOVE, 2016.

PADILHA, Regina Célia Habibi Wipieski. Notas sobre o trabalho docente nas universidades paranaenses nos anos de 1970 e 1980. **Voos Revista Eletrônica Polidisciplinar**, Guarapuava, n.5, p. 101-108, mar. 2008.

PARANÁ. SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR. **Censo Acadêmico – Dados IES 2018**. Disponível em: [https://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-09/censo\\_ensino\\_superior\\_2018.pdf](https://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/censo_ensino_superior_2018.pdf). Acesso em: 19 mar. 2022.

PRORH-UEL. Pró Reitoria de Recursos Humanos. **Quantitativo de servidores da UEL - Informações referentes à 02/2022**. Disponível em: <http://www.uel.br/prorh/?content=carreira/quantitativo.php>. Acesso em: 23 fev. 2022.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. ANDES: representação política e sindical de professores universitários. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 93, p. 72-80, maio 1995.

SAES, Décio. **Classe Média e Sistema Político no Brasil**. São Paulo: TA Queiroz, 1984.

SANSÃO, Luiza. **Ameaças e agressão do CCC a Rocha Barros causaram sua morte**. Revista ADUSP, maio de 2013. Disponível em <https://www.adusp.org.br/files/revistas/54/mat04.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

SINDUEPG. Ponta Grossa. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária do SINDUEPG, de 12 de dezembro de 2002**.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa – a maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.2, 1987.

THOMSON, João Carlos. Entrevista. **Nosso Jornal**, Londrina, ano 1, n. 1, p. 3, jun. 1981. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/wp-content/uploads/2018/05/81-6.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Classe Média, Situação de Trabalho e Comportamento Sindical: o caso dos comerciários de São Paulo**. 1994. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política) – Universidade de Campinas, Campinas, 1994.

UEM. Pro-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. **Relatório Base de dados 2021: ano base 2020**. Maringá, PR: UEM-PLD, 2021. Disponível em: <http://www.pld.uem.br/diretorias/dpo/lni-1/imagens-arquivos/base-2020-2021-v3.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2022.

UNICENTRO. Pró-Reitoria de Planejamento. **Anuário Estatístico UNICENTRO/2019 (ano base 2018). Quadro de Docentes por Tipo de Vínculo e Titulação – 2019**. Guarapuava/PR, 2019. Disponível em: <https://www3.unicentro.br/anuario/anuario-2019/recursos-humanos/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

UNIOESTE. Pró-Reitoria de Planejamento. **Boletim de Dados 2020: base referência o ano de 2019**. PROPLAN, 2020. Disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/divisao-de-informacao/boletim-de-dados>. Acesso: 09 fev. 2022.

VERGARA, Alcides José Sanches. **Ação sindical do movimento docente universitário: 1982/2002**. 2003. Dissertação (Programa de pós graduação de sociologia) – UFRGS, Porto Alegre, 2003.

---

#### **Contribuições dos autores:**

**Peterson Alexandre Marino:** construção (partes teórica e empírica) e revisão final do artigo.

**Silvana Souza Netto Mandalozzo:** acompanhamento e orientações gerais.

---